



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS

Maíra Barbosa Dias¹

Resumo: Este texto apresenta sistematização do estudo sobre os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) para efeito de caracterização da documentação dos Anais como fonte de pesquisa. A metodologia do estudo documental e bibliográfico possibilitou conhecer as mudanças ocorridas no perfil da profissão nas distintas conjunturas históricas.

Palavras-chave: CBAS. Serviço Social. História do Serviço Social. Trabalho do Assistente Social.

Abstract: This text presents a systematization of the study on the Brazilian Congresses of Social Assistants (CBAS) to characterize the documentation of the Annals as a research source. The methodology of the documentary and bibliographic study made it possible to know the changes that occurred in the profile of the profession in the different historical conjunctures.

Keywords: CBAS. Social Service. Social Service's History. Social Worker's Work.

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado é produto de uma pesquisa qualitativa de iniciação científica que tem como objetivo conhecer como o Serviço Social tematiza o desenvolvimento capitalista brasileiro a partir da análise dos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS). Nesse sentido, parte da pesquisa envolveu caracterizar o evento como fonte de informações em pesquisa e, por isso, traçamos a trajetória do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na história profissional, mostrando a expressão das transformações ocorridas na profissão nos diferentes contextos históricos através das diferentes edições de congresso.

De partida, verificamos na pesquisa que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) consiste em um importante momento de organização política e profissional da categoria, em especial a partir de 1979, quando o evento absorveu maior participação dos profissionais e inseriu a modalidade de apresentação de trabalhos pelos profissionais, publicados em anais. Além do congresso, nesse ano, sendo um marco da unidade de luta e resistência dos assistentes sociais, passou a ser o maior evento do Serviço Social brasileiro, possuindo uma natureza político-científica com debates que subsidiam a construção da

¹ Estudante de Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <dias_maira@yahoo.com>.

agenda das entidades nacionais da categoria, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.²

Para expor a sistematização investigativa empreendida o presente texto está organizado em item que apresenta a cronologia dos congressos, abordando as edições históricas do CBAS desde sua institucionalização. Ao fim, concluímos reforçando a importância e magnitude do evento para a categoria profissional.

O percurso histórico do CBAS

O primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorreu em São Paulo em 1947, promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), segundo Iamamoto (2014, p. 178). Esse congresso “constituiu-se no primeiro grande conclave que reúne representantes das principais entidades particulares e governamentais ligadas ao Serviço Social e à Assistência.” (IAMAMOTO, 2014, p. 346). Ele serviu como preparatório para o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social que foi realizado no Rio de Janeiro em 1949.

De acordo com Iamamoto, a partir da leitura dos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social, é possível perceber que esse evento não teve uma temática central, sendo suas conclusões e recomendações organizadas em seis categorias que favorecem compreender as ênfases temáticas da profissão na época, Serviço Social e Família, Serviço Social de Menores, Educação Popular e Lazer, Serviço Social Médico, Serviço Social na Indústria e Agricultura e Comércio. Nesse sentido, segundo Iamamoto, o congresso está inserido

(...) em um momento em que o aparato assistencial desenvolvido pelo Estado Novo e, mais recentemente, pelas corporações empresariais encontra-se em expansão e passa a constituir-se crescentemente em mercado de trabalho para os Assistentes Sociais. Essa expansão atende às necessidades de absorver as pressões desencadeadas pelos novos setores urbanos, que crescem aceleradamente em função do avanço da industrialização e da urbanização, e tem em vista controlar a reprodução do proletariado urbano e atuar sobre as sequelas mais aberrantes do aumento de sua miséria relativa. (IAMAMOTO, 2014, p. 350)

Diante disso, de acordo com a autora, nessa conjuntura histórica o Serviço Social estava voltado para ajustar os indivíduos à estrutura social vigente exercendo o controle e o disciplinamento da classe operária. O discurso predominante era doutrinário, tendo em vista que o CEAS, estava sob influência do pensamento católico. Nesse sentido, o objetivo central do CEAS era de:

² O conjunto CFESS/ CRESS: Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social são as entidades responsáveis pela fiscalização do exercício profissional do Serviço Social. A ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, entidade responsável por coordenar o debate sobre o projeto de formação profissional. A ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, responsável pela mobilização do movimento estudantil do Serviço Social. A articulação entre essas entidades possibilitou o compromisso com a defesa dos interesses democráticos e dos direitos sociais universais no Serviço Social brasileiro.

(...) promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais (...) e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (Estatuto do CEAS apud IAMAMOTO, 2014, p. 179).

Além disso, é importante destacar que nesse mesmo ano em que ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social também ocorreu a aprovação do primeiro Código de Ética de Ética Profissional do Serviço Social, no qual os deveres dos Assistentes Sociais consistiam em:

Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre, em todos os seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testamento de Deus. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã. (ABAS apud FORTI, 2016, p. 119).

Assim sendo, é justamente por causa desse contexto histórico que o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social apresentou uma variedade de temas conforme mencionado por Iamamoto, retratado anteriormente. Além disso, também é possível perceber que a concepção de desenvolvimento adotada estava vinculada a adaptação dos indivíduos à sociedade capitalista estando à atuação profissional voltada para “curar” os males sociais a fim de reduzir a desordem social orientada pela doutrina da Igreja Católica.

Somente após quatorze anos ocorreu o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961, no Rio de Janeiro, organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio do Serviço Social (CBCISS) que também serviu como evento preparatório para a XI Conferência Internacional de Serviço Social realizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1962. Esse Congresso ocorreu em uma conjuntura especial marcada pela efervescência das contradições urbanas do ciclo de substituição de importações e das lutas sociais, demarcado por Iamamoto como *desenvolvimentismo do período populista*:

A preocupação central do que poderia ser caracterizado como projeto desenvolvimentista janista estaria na formação de uma nação forte, com um povo forte e uma economia globalmente forte. Desse eixo central decorre uma atenção especial ao social; a meta prioritária é o homem e não o crescimento em si mesmo. (IAMAMOTO, 2014, p. 365)

A iniciativa se insere no contexto contraditório de promoção do desenvolvimento capitalista por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Social passa a atuar nos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) e o congresso passa a mensagem de que “o Serviço Social deve urgentemente re-situar-se. Readaptar-se, procurando sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução.” (IAMAMOTO, 2014, p. 368). Para a autora, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social representa uma atualização entre as ideias dos setores dominantes e das demandas que eles fazem ao

Serviço Social, tendo em conta a estratégia da chamada *guerra fria norte americana* para amenizar a pobreza nos países subdesenvolvidos e evitar a influência do comunismo. Além disso, é importante destacar que segundo Ammann:

(...) a preocupação do Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. (AMMANN, 2013, p. 50)

Desse modo, o Desenvolvimento de Comunidade, no Brasil, foi incorporado segundo a ideologia dos países capitalistas centrais que estavam buscando expandir o capitalismo em função da “ameaça” socialista após a II Guerra Mundial. Dentre as estratégias de governo estava a tentativa de resolver o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social, simultaneamente com o ciclo expansionista mundial conhecido como keynesianismo-fordismo.

Nesse sentido, a temática deste Congresso foi “O Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social” que contou com a participação de vários especialistas a fim de se debater temas que não eram específicos ao Serviço Social. Para Iamamoto, esse período representou um momento importante para o desenvolvimento da profissão e também um desafio, uma vez que para realizar o cumprimento de determinadas funções solicitadas pelo governo, teve que recorrer ao aprimoramento dos suportes técnicos. Segundo Iamamoto:

Os Assistentes Sociais se propõem a aceitar o desafio de sua participação no novo projeto desenvolvimentista, exigem posições e funções, e avaliam as formas para preparar-se para desempenhá-las a contento. Propõem-se, através do DOC e DC, a contribuir para o processo de mudança exigido pelo desenvolvimento. Propõem-se a participar num processo de mudanças estruturais que tem em vista integrar amplas parcelas da população, que subsistem marginalizadas do progresso. (IAMAMOTO, 2014, p. 372)

Com efeito, o II Congresso tratou mais de frente do desenvolvimentismo e da intervenção profissional do Assistente Social perante as demandas que estavam sendo impostas pelo Desenvolvimento de Comunidade adotado pelo governo, no esforço de cooperação internacional. O desenvolvimento era concebido como crescimento econômico, por onde a desigualdade social seria “solucionada” e, por isso, os Assistentes Sociais atuaram no sentido de *integrar* a população ao desenvolvimento. As mesas de conferências não expressam uma visão mais crítica a esse respeito, mas demarcam as demandas à profissão na suposta transição do subdesenvolvimento, por meio de uma pedagogia de aproximação da população à ordem social da modernização.

Depois de dezoito anos, no contexto da ditadura civil-militar, em 1979, foi realizado entre os dias vinte e três e vinte e oito de setembro em São Paulo, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (hoje, CFESS) e pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo (hoje, CRESS),

com o tema: “Serviço Social e política social”. É um congresso emblemático na história profissional, pois os participantes questionaram o conservadorismo da própria organização do congresso e sua importância histórica consiste no fato que ele rompeu com o tradicionalismo e com o conservadorismo, passando a defender os interesses da classe trabalhadora e a democracia.

Esse congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”, porque *virou a trajetória profissional* e porque *os profissionais se viraram para a mesa* do evento no auditório em oposição à ditadura representada pela composição de autoridades governamentais presentes. Tornou-se um marco no processo de politização e mobilização dos profissionais e estudantes do Serviço Social brasileiro. Expressou a vontade política da categoria profissional organizada, representando a reativação das entidades sindicais durante esse processo, além da substituição dos componentes da mesa - oficiais da ditadura- por representantes da classe trabalhadora. Segundo Netto:

É precisamente sob o impacto da reinserção do proletariado na arena política, no quadro da mobilização antiditatorial de amplos contingentes assalariados, da mobilização de setores pequenos-burgueses e inclusive burgueses, e na sequência quase imediata da decretação da anistia que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social. (NETTO, 2009, p. 663)

O Serviço Social perante a autocracia burguesa foi particularizado pela “tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional.” (NETTO, 2009, p. 665). No entanto, a história *vira* com a reinserção da classe operária na arena política brasileira e o III Congresso promoveu uma transformação na dinâmica profissional na medida em que “quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político.” (NETTO, 2009, p. 666). Além disso, ele destaca que:

(...) o III Congresso trouxe o Serviço Social à cena política (...) como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, (...) como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade e a ruptura com a tradição conservadora, a “virada”, enfim: por intermédio do III Congresso, o Serviço Social que ingressa na cena política o faz contra a ordem ditatorial e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos – há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista. (NETTO, 2009, p. 666)

Esse contexto de fundo provoca transformações profundas no Serviço Social, associando organicamente a reviravolta da história do país com a reviravolta no universo dos assistentes sociais. Já antes, a resistência não era letra morta,

a participação política dos Assistentes Sociais como sujeitos políticos engajados, ou como categoria organizada, deu-se em várias frentes. Assim, valorosos quadros profissionais e estudantis participaram da luta armada, atuando na clandestinidade no duro enfrentamento com a ditadura militar, na perspectiva da construção de um projeto emancipatório. No campo sindical, a reativação das entidades se dá a partir de 1977, nos marcos do novo sindicalismo com as lutas operárias do ABC paulista e

de São Paulo, capital. Este processo organizativo inseriu-se na luta concreta e nos embates políticos e ideológicos travados na sociedade brasileira, bem como na luta específica da própria categoria, tanto em nível local como nacional. (CABRAL, apud, SERRA, 2007, p. 186)

A partir do final dos anos de 1970, junto com o processo de redemocratização do país, emerge o debate crítico como projeto de hegemonização na profissão. Um importante marco nessa direção foi a reelaboração do Código de Ética Profissional, posteriormente em 1986: “superar as reflexões éticas fora do campo dos condicionantes históricos e das implicações dos interesses de classe.” (FORTI, 2016, p. 127). Essa iniciativa se insere no quadro de aproximação do Serviço Social com os estudos de Marx, rompendo com sua suposta “neutralidade”, firmando compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e, portanto, superando a visão a histórica e acrítica que marcara o Serviço Social, expressa, por exemplo, em sua visão sobre o desenvolvimento capitalista, como mencionamos antes.

Em 1982, no Rio de Janeiro, foi realizado o IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais promovido, pela segunda vez, pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS) entre os dias onze e quinze de outubro, com o tema O Serviço Social na realidade brasileira. Segundo Faria (2003, p. 115), além dos temas da conjuntura nacional que marcavam a realidade brasileira,

Esse Congresso deliberou sobre salário mínimo profissional, plano de classificação de cargos de Assistentes Sociais servidores públicos federais. O IV CBAS é um marco na projeção da organização sindical dos Assistentes Sociais e na proposta de construir uma articulação entre as entidades nacionais, inaugurando uma aproximação sem precedentes na história da profissão no Brasil.

Seguidamente, dando consequência a periodicidade trienal, em 1985, em São Paulo, foi realizado o V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS – CFESS) entre os dias nove e treze de dezembro, com o tema O Serviço Social nas Relações Sociais: movimentos sociais e alternativas de políticas sociais. Esse congresso foi definido como uma oportunidade de aprofundamento teórico e de acumulação de força política na perspectiva de consolidar um novo projeto profissional buscando a construção de uma nova sociedade. A organização política dos Assistentes Sociais foi direcionada para a construção *do novo sindicalismo* em função das lutas combativas da classe trabalhadora, das lutas democráticas mais gerais (direitos civis, políticos e sociais) e de resistência à ditadura militar, que se findava.

Em 1989, depois três anos, sob a coordenação do CFAS/CRESS, ANAS, ABESS/ABEPSS e SESSUNE, em Natal, foi realizado o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais entre os dias 10 e 14 de abril, com o tema Congresso Chico Mendes – Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. Segundo Faria (2007, p. 116), a análise da conjuntura do período:

direcionou uma reflexão sobre o Serviço Social na contradição capital/trabalho e a inserção do Assistente Social na conjuntura latino-americana e brasileira. A direção que conquistou expressividade partiu da análise crítica das relações sociais concebidas como relações de classe, de dominação e de tensão entre os interesses antagônicos do capital e do trabalho. O traço político, imanente e inerente à profissão, foi um ponto polêmico reiterado pelas direções sindicais, que pretendiam avançar no nível de consciência do profissional quanto à construção de um projeto profissional pioneiro e audacioso. Nesse momento, as direções das entidades, em conjunto com o segmento que se apresentava como vanguarda do processo de organização política da categoria, reconheceram o empenho peculiar até então canalizado para a politização dos fóruns profissionais, e, simultaneamente, voltaram-se para as polêmicas desencadeadas pelo prelúdio, mais do que anunciado, de fazer confluir a teorização abrangente com os debates profissionais.

Em 1992, ocorreu o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo que foi promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS/CFESS), ANAS, ABESS (hoje ABEPSS) e SESSUNE, entre os dias vinte e cinco e vinte e oito de maio. Essa edição do evento teve como tema O Serviço Social e os desafios da modernidade - os Projetos Sócio-Políticos em confronto na sociedade contemporânea. Segundo Faria (2007, p. 118):

Nesse Congresso, as entidades profissionais assumiram e priorizaram as temáticas que vinculam a profissão e o sentido da prática profissional às questões sociais, destacando-se o eixo da Seguridade Social – Assistência Social: pública e privada, Previdência Social e Saúde Pública – seguido pelos eixos da formação profissional do Assistente Social e a Ética.

Pelos dados coletados, o Congresso selou a legitimação de uma direção social da prática profissional do Assistente Social com compromisso com a defesa dos direitos sociais, políticos e humanos. O que foi decisivo para a posterior aprovação do Código de Ética, em 1993 em vigência até hoje. Esse aprofundamento político da categoria profissional ocorre num contexto especial,

marcado por escândalos de corrupção que contaram com o impeachment do Presidente da República, o Sr. Fernando Collor de Mello. (...) pela implementação da política neoliberal por esse governo (...) É o período em que a globalização, a “mercantilização traçada mundialmente” – resposta à crise capitalista contemporânea –, sobressai nos países periféricos, evidenciando sua lógica de desresponsabilização do Estado em face da “questão social”. (FORTI, 2016, p. 129)

Em 1995, ocorreu o VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Salvador, que foi promovido pelo CFESS, ABESS/ABEPSS, CEDEPSS e ENESSO, entre os dias 2 e 6 de julho, com o tema O Serviço Social frente ao projeto neoliberal em defesa das políticas e da democracia. Segundo Faria (2007, p. 119):

O elenco de problematizações, eixos e sub-temas adotado para as conferências, painéis e comunicações retrata, do ponto de vista da vertente de ruptura com o conservadorismo, o aprofundamento do campo teórico sobre a profissão como objeto de reflexão, distanciando-se das análises endógenas. De outro lado, permanece a “relativa ausência” da tendência de reatualização do conservadorismo. Mas essa constatação não pode ser confundida com a falsa premissa que sugere que essa tendência não mais opera na configuração das linhas de forças que se articulam no interior da profissão frente às demandas sociais e do mercado de trabalho.

Esse congresso apresenta forte diálogo com a sistematização das reflexões dos profissionais por meio de apresentação e debate de trabalhos, nos grupos de trabalho organizados pelos temas:

1. Serviço Social na perspectiva da Seguridade Social. 1.1 Assistência Social pública e privada. 1.2 Saúde pública e privada. 1.3 Previdência Social pública e privada. 2. Educação, infância e juventude. 3. Serviço Social na esfera das relações de trabalho. 4. Formação Profissional do Assistente Social. 5. O Serviço Social frente às relações de gênero e etnia. 6. Dimensão ética da prática do Assistente Social. 7. O Serviço Social junto à política de Habitação e Saneamento. 8. Movimentos Sociais, urbanos e rurais na atualidade. 9. A prática do Assistente Social junto à população idosa. 10. Desafios teórico-políticos do Serviço Social frente ao neoliberalismo. (FARIA, 2007, pp. 120 - 121).

Em 1998, foi realizado em Goiânia, o IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais entre os dias 20 e 24 de julho, promovido pelo CFESS, ABESS/ABEPSS, CEDEPSS e ENESSO, com o tema Trabalho e projeto ético-político profissional. Esse Congresso dá ênfase à defesa da direção social do projeto ético-político de 1993 perante a crítica ao neoliberalismo que marcava a década, com fortes regressividades sociais. Segundo Faria (2007, p. 121):

De acordo com a apresentação da Comissão Técnica e Organizadora, nos Cadernos de Comunicação, o Congresso recolheu uma expressiva produção intelectual, política e prática do Serviço Social brasileiro, dividida em dois grandes núcleos. O primeiro pôs a discussão sobre: Seguridade Social, Assistência e Previdência; Seguridade e Saúde; Família e Sociedade; Educação, Criança e Adolescente; Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência; Questão Urbana e Meio Ambiente; e Questão Agrária, Questão Indígena e Meio Ambiente. O segundo sobre: Relações de Trabalho e Serviço Social; Formação profissional; Ética, Política e Direitos Humanos; Etnia e Gênero; e Serviço Social Rumo ao Século XXI.

Em 2001, tivemos a edição do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, entre os dias 9 e 11 de outubro, no Rio de Janeiro, promovido pelo CFESS, ABEPSS, ENESSO e CRESS 7ª Região, com o tema Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes Sociais contra a desigualdade. Segundo Faria (2007, pp. 121 – 122) foram abordados os seguintes sub-eixos temáticos:

Democracia e Desigualdade no Brasil; Sujeitos Políticos e Movimentos Sociais no Brasil; Organização Sindical da Categoria; Direitos Humanos, Segurança Pública e Violência; Organização dos Assistentes Sociais na América Latina e Resistência ao Neoliberalismo; Multiculturalismo e Identidade Nacional; Juventude e Projetos Societários no Brasil; Serviço Social e o Poder no Legislativo, Socialismo e Perspectivas para o Brasil; Voluntariado e a Relação Pública x Privada; Questão Social nos Meios de Comunicação; Democracia e Desigualdade na Arte e na Cultura; Serviço Social e o Poder nas Administrações Populares; Alienação, Religiosidade e Serviço Social; Desafios Ético-políticos Profissionais do Serviço Social no Brasil.

Em 2004, ocorreu o XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, promovido pelo CFESS, ABEPSS, ENESSO, e CRESS 3ª Região entre os dias 17 e 22 de outubro em Fortaleza, com o tema O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir,

afirmar e consolidar direitos. O contexto é de início dos governos do PT na Presidência da República, tensionado pelos compromissos neoliberais, pelo desafio da ampliação das políticas sociais e do emprego.

Em 2007, o XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais aconteceu na cidade de Foz do Iguaçu, entre os dias 28 de outubro e 02 de novembro, promovido pelo CFESS, ABEPSS, ENESSO e CRESS/PR 11ª Região, com o tema A Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social. O congresso ocorre numa conjuntura de embates políticos densos sobre o governo do PT, tendo em vista a agenda neoliberal continuada, a economia de *commodities* e o consenso de classes em torno da política de transferência de renda, atualização do salário mínimo e emprego precarizado. Nessa altura, o governo já está nomeando sua estratégia política de *neodesenvolvimentismo* numa alusão à recuperação do Estado no desenvolvimento capitalista; quando, inclusive, é criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A tensão sobre essa conjuntura aparece nos anais do evento, demonstrando que a categoria profissional se mantém atenta às lutas de classes e os novos desenhos do Estado.

Em 2010, realizou-se o XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Brasília entre os dias trinta e um de julho a cinco de agosto, com o tema Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. A promoção foi do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Esse evento foi marcado pelo debate da crise do capital e seus impactos na classe trabalhadora, incluindo os assistentes sociais. O destaque central foi:

o exercício profissional e os sujeitos políticos que se inscrevem na sociedade brasileira, tendo em perspectiva a busca das mediações necessárias na articulação entre o projeto ético-político profissional e os projetos societários que preconizam a construção de uma nova ordem social, resistindo à dominação capitalista nas esferas econômica, social, política e cultural. (CFESS, 2009, p. 1).

Além disso, os temas das conferências centrais foram sobre:

- Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social
- Sujeitos políticos coletivos na sociedade brasileira: resistência ao capitalismo
- Condições de trabalho e materialização do projeto ético-político profissional
- Socialismo ou barbárie: contradições, mediações e o exercício profissional (CFESS, 2009, p. 1)

O Congresso contou com seis plenárias de debates com os temas:

- Tendências da política social no contexto da crise e impactos para o Serviço Social
- Feminismo, marxismo e Serviço Social
- Estado penal, criminalização da pobreza e trabalho do Serviço Social
- Precarização da formação e impactos para o trabalho profissional
- Homofobia, racismo e patriarcado na sociabilidade capitalista: a superação do preconceito como desafio ético-político ao Serviço Social
- Organização sindical e Serviço Social em debate (CFESS, 2009, p.1)

O congresso ocorre no ano de eleição do terceiro governo do PT na presidência da República e quando o episódio da crise das hipotecas norte-americanas de 2008 começa a impactar a economia brasileira, demonstrando a vulnerabilidade da economia mundializada, financeirizada e amparada pela hegemonia das *commodities*. O temário do congresso expõe o aprofundamento da reflexão da profissão nessa conjuntura, como pode ser visto acima.

Em 2013, o XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais aconteceu em Águas de Lindóia (SP), entre os dias 14 e 18 de outubro, promovido pelo CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, com o tema Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais. Esse evento teve como eixo a dificuldade de lutar em uma sociedade que criminaliza os movimentos sociais, destacando a importância do CBAS como um espaço de fortalecimento das lutas em defesa das necessidades e interesses coletivos da categoria de Assistentes Sociais e da classe trabalhadora. A expressão do episódio de crise econômica continua, retrocesso da comercialização de *commodities* e aprofundamento da focalização das políticas sociais, com diminuição de investimentos e emprego.

Em 2016, ocorreu o XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em Olinda (PE) entre os dias 5 e 9 de setembro, promovido pelo CFESS, CRESS-PE, ABEPSS e pela ENESSO, como tema 80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão. O evento foi marcado pela comemoração de datas que marcam a história do Serviço Social como os 80 anos da criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, os 60 anos de fundação da ABEPSS e os 20 anos das Diretrizes Curriculares. Esse Congresso teve como marca histórica ser a edição com maior número de participantes, ultrapassando o número de 4 mil pessoas na conferência de abertura do evento. Além disso, teve a marca de mais de mil trabalhos apresentados em pôsteres e publicados na forma completa nos Anais.

Considerações sobre a mudança do perfil da atuação dos assistentes sociais

A partir da breve exposição sobre a trajetória histórica do CBAS foi possível perceber a mudança do perfil profissional em relação à conjuntura na qual estava inserida. Se nos primeiros congressos, com destaque para o II CBAS, no qual os Assistentes Sociais incorporaram a demanda do modelo desenvolvimentista e atuaram no sentido de adaptar a população através do disciplinamento, do controle da reprodução da força de trabalho para enquadrar aqueles que eram considerados “desajustados” à ordem capitalista. O desenvolvimento foi concebido na perspectiva de que por meio do progresso econômico seria possível que o país alcançasse o status de país desenvolvido e assim, a desigualdade social seria reduzida. Por isso, a demanda que foi colocada aos Assistentes Sociais estava voltada para exercer seu trabalho com as classes operárias numa pedagogia integrativa à ordem urbana e à dinâmica da modernização capitalista. Nesse contexto predominou um

forte caráter paternalista do Estado e a questão social era vista como um resultado desse desajuste da população e não como produto do sistema capitalista.

Desse modo, o III CBAS foi extremamente importante para a profissão ao romper com o tradicionalismo e estabelecer um compromisso com a classe trabalhadora, se opondo à ditadura civil-militar. A partir desse congresso, os Assistentes Sociais estabeleceram a vinculação de um projeto profissional com um projeto societário que busca a superação da ordem capitalista, sendo expresso no Código de Ética Profissional de 1993, e, referenciada na direção social da formação profissional.

Diante disso, foi observado que os congressos posteriores estiveram vinculados com o aprofundamento da defesa da democracia, da consolidação do Projeto Ético-Político, da recusa do autoritarismo, passando a atuar nas diferentes conjunturas com um olhar crítico concebendo a questão social como produto da exploração do sistema capitalista. Nos contextos de crise que aprofundam as expressões da questão social, os Assistentes Sociais se posicionam em defesa dos direitos da classe trabalhadora, principalmente diante do contexto neoliberal que expropria patrimônio público, reduz investimentos em políticas sociais e desloca serviços para a esfera privada.

Assim, é possível perceber que o III Congresso de Assistentes Sociais promoveu um *novo tempo* para a profissão, onde a crítica teórica e política permite entender as conjunturas de retrocesso de direitos sociais, abertos após o primeiro contexto da redemocratização e a Constituição de 1988, o que requer que os Assistentes Sociais reafirmem o seu compromisso ético-político voltado para as demandas da classe subalternizada que foi estabelecida nesse evento a partir da virada em oposição à ordem ditatorial. O neoliberalismo, das décadas seguintes, desafia à profissão, sendo as edições do CBAS uma importante fonte de análise dos debates, resistências e elaborações teórico-analíticas dos profissionais. Os Anais do CBAS são uma fonte histórica fundamental para compreender a profissão e o que ela pensa sobre a realidade social nos diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

CFESS. *XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cbas2.pdf> Acesso em 13 de junho de 2019.

_____. *Com três mil participantes, começa o 14º CBAS em Águas de Lindóia*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1022> Acesso em 13 de junho de 2019.

_____. *Prazo prorrogado para inscrição de trabalhos no CBAS*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1245> Acesso em 13 de junho de 2019.

_____. *Começa o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais!* Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1289> Acesso em 13 de junho de 2019.

_____. *Vem aí o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais!* Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1530> Acesso em 13 de junho de 2019.

CICILIATI, Erenilza. *Cronograma da História do Serviço Social 1543-2005*. Disponível em: <http://servicosocial-erenilza.blogspot.com/2010/07/historia-do-servico-social.html> Acesso em 13 de junho de 2019.

FARIA, Sandra de. *Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social Brasileiro. Tese de doutorado*. São Paulo: PUC/SP, 2003. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Sandra%20Faria.pdf> Acesso em 13 de junho de 2019.

FORTI, Valéria. *Ética, Crime e Loucura: Reflexões sobre a Dimensão Ética no Trabalho Profissional*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. *III CBAS: algumas referências para a sua contextualização*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 100, São Paulo: Cortez, 2009.

SERRA, Rose. *Democracia e Serviço Social*. In: Revista em Pauta, n. 19, Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/192> Acesso em 13 de junho de 2019.